

Trabalho da Unidade Curricular
de
Governo das Sociedades
Junho – 2015

TEMA :
“Accountability”

Docente :

Professora Doutora Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis

Aluno :

ISCAC14679 : João P.M. de Oliveira

Sumário Executivo.

A palavra “accountability” pode ser rápida e simplificada traduzida por “responsabilização”. No entanto na literatura atual significa mais do que isso, pelo que neste texto optamos por usar a palavra na sua forma e origem anglo-saxónica. Deste modo a sua utilização em inglês contextualiza-nos automaticamente neste vasto tema. (12)

As instituições emergentes dos acordos de “Bretton Woods” são os faróis que nos guiam neste vasto oceano de trabalhos sobre este tema.(5) Quer o FMI quer o Banco Mundial patrocinam centenas de artigos e trabalhos dedicados à “accountability”. De facto estas instituições só conseguem operar num país depois de claramente serem definidas as diversas etapas e os responsáveis pela “accountability” dos bancos locais. Recentemente a União Europeia e os EUA retomaram uma redobrada necessidade de “accountability” dos recursos da união para fazer face às dificuldades económicas e às emergentes emergências em torno da Europa. (15)

De igual modo, as empresas apesar de privadas, necessitam de criar mecanismos de “accountability” para poderem crescer para além do fundador e visionário o qual a partir de certa dimensão não consegue tudo controlar. Neste sentido o crescimento sustentável de uma empresa e a sua independência dos fundadores, dos “grandes timoneiros”, e dos “heróis solitários”, depende da criação de mecanismos de “accountability”.

ÍNDICE :

I – Resumo & Abstract	pág. 3
II – Introdução,	pág. 4
III – Accountability das Instituições	pág. 5
IV – Accountability das Empresas	pág. 6
V – Conclusões,	pág. 7
VI – Bibliografia,	pág. 7

I - Resumo

Este trabalho pretende esclarecer o corrente significado de “accountability” no contexto da “Corporate Governance“, em que “corporate” entende-se por grande instituições públicas e ou privadas.

Mas, não apenas os agentes têm de prestar contas como também as próprias instituições. Deste modo a accountability aplica-se não apenas gestão de fundos, como também à supervisão das instituições democráticas. De facto todos devemos estar sujeitos ao escrutínio democrático, inclusive as próprias instituições democráticas.

A capacidade das instituições recolher recursos depende da transparência com que se prestam contas pela forma como esses recursos foram geridos.

Palavras Chave : responsabilização accountability auditoria

I - Abstract

This paper aims to clarify the actual meaning of "Accountability" in the context of "Corporate Governance" in which "corporate" means a large public or private institutions.

But not only the agents are accountable, the institutions themselves are accountable. Thus the accountability applies not only to fund management, but as well as the supervision of democratic institutions. In fact all we should be subject to democratic scrutiny, including the institutions democratic.

The corporate ability at collecting resources depends on the transparency with which the institutions are accountable for how these funds were managed.

Key words : responsibility, accountability, audit.

II - Introdução

As instituições saídas e “Breton Woods” são os FMI e Banco Mundial, apesar de serem conhecidas pelos fundos que disponibilizam, dedicam enormes recursos e tempo a promover a “Corporate Governance” nos seus vários vetores, de onde sobressai a “Accountability.

De facto para que o BM ou o FMI possam intervir no terreno têm primeiro de garantir como os recursos dos seus fundadores são aplicados. Para isso existem comissões técnicas que preparam o terreno dos políticos.

O Prof. Mark A.P. Bovens escreve a “accountability” assim ; *“Podemos escrever um modelo accountability como a relação entre os atores, e um “fórum”. Em que os atores devem informar o fórum sobre a sua conduta e desempenho. Além disso o fórum é investido com autoridade para julgar os atores e os obrigar a tomar as ações corretivas, se necessário”*. (1)

O solidificar das instituições europeias passa por uma crescente accountability alicerçada nas suas próprias instituições, nomeadamente o estabelecimento da CURIA, (European Court of Auditors, ECA) logo em 1975. (7)

Por outro lado a OCDE, também promove e implementa sistemas de “accountability”, tem sito uma instituição que avalia as diversas políticas de “accountability”, o os seus resultados nos diversos países (8), tendo se focado principalmente na “Accountability” das empresas dos estados, produzindo alguns guias sobre “corporate governance” de empresas estatais. (3)

A importância deste tema levou os EUA a promoverem um organismo de auditoria o GAO que produziu um Yellow-Book com os seu standards de “accountability” (15)

Dividiu-se este texto em 3 partes. No cap II introduzimos o leitor a uma breve “estória” da Accountability, e depois o cap. III foi destinado às instituições públicas sujeitas à Accountability, seguido do Cap. IV destinado às empresas privadas que aplicam e ou deveriam aplicar os princípios da Accountability.

III – Accountability das Instituições

A “accountability” das instituições começa com a avaliação dos governos, obtendo aquilo que se chama a “auto refreamento dos estado” (13). De facto vários estudos da OCDE demonstram que é necessário um maior envolvimento dos cidadãos na avaliação das suas instituições (9)(11)

Segundo Manin, & P. & Strokes, (7) os governos são “accountable” quando os votantes conseguem discernir se os governantes estarão a agir no seu interesse e os avaliam de forma correspondente, pelo que a “accountability” dos seus representantes se obtém quando os votantes votam para manter o seu governo ou para o derrubar. (2)

No preâmbulo de um recente Norma Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI) No. 12, a “accountability” é descrita como se segue:

"Em uma democracia, as estruturas são criadas e elegem representantes investidos por forma a implementar a vontade do povo e agir em seu nome através de órgãos legislativos e executivos. Tem de ser tomado em consideração o risco de os recursos podem ser mal administrados ou mal utilizados, pelas instituições do setor público de uma democracia conduzindo a uma erosão da confiança que pode minar a essência do sistema democrático. Portanto, é fundamental que os cidadãos de um país sejam capazes de manter os seus representantes responsabilizáveis. Os representantes democraticamente eleitos só podem ser responsabilizados se eles, por sua vez, puderem responsabilizar aqueles que implementam as suas decisões". (10)

Quando o FMI avalia as instituições de um país está a transmitir confiança a quem empresta recursos a esse país, permitindo não só o fluir de recursos como também a diminuição do custo desses recursos. Para tal é necessário avaliar a “accountability” não apenas as instituições bancárias que operam num país como também avaliar a “accountability” das instituições que fazem a supervisão bancárias, (4)

O próprio FMI tem sido alvo de críticas por parte do IEO, Independent Evaluation Office, pela sua falta de transparência e “accountability”, na forma como a Europa assegura sempre a sua representação na presidência e administração do FMI. (5)

Por fim uma nota especial pra a necessidade de accountability por parte das empresas detidas pelo estado, que têm mais obrigações de transparência (3)

IV – Accountability das Empresas

Ao contrário das instituições sobre as quais toda a avaliação começa na “accountability”, nas empresa a “accountability” costuma ser vista apenas no contexto da “Corporate Governance” dessas empresas.

A “Corporate Governance” tem convergido num “*frame work*” que tem várias origens teóricas dependendo da formação inicial dos autores.

- Jensen e Meckling apresentaram em 1976 a teoria da agência tem origem nos campos das finanças corporativas com a introdução das empresas de responsabilidade limitada, e na maneira como a gestão passou a ser separada da propriedade das empresas.
- A teorias dos custos de transação tem origem na teoria das organizações económicas com o livro “The nature of the firm de R. H. Coase (1937) “ sendo depois expandido por O.E. Williamson nos livros “Market and Hierarchists” de 1975 e The Economic institutions of Capitalism de 1985, onde desenvolveu o conceito de “assimetria de informação”
- A teoria dos “stakeholders” tem origem em modelos socioeconómicos, e foi exposta pela 1ª vez por Freeman em 1984, quando incorporou o conceito e “accountability “ dos gestores perante um grande espectro de “stakeholders” até então ignorados.

Mas o ponto mais importante é esclarecer perante quem devem os gestores ser “accountable” *versus* perante quem costuma apresentar contas. Só assim podemos saber quais são os objetivos da sua “accountability”. A OCDE nos seus princípios de “Corporate Governance” estabelece que os agentes devem agir no melhor interesse de 2 distintas entidades os “ShareHolders” e a “**empresa**”, que não são a mesma coisa nem prosseguem os mesmos objetivos. (6)

Por fim uma nota sobre os dissidentes, os quais entendem que se forçarmos a “accountability” os agentes reagem e contornam todas as regras que lhes instituírem. Nesse sentido em 2002 Lehou & Spitzer, (14) contribuíram para a discussão propondo uma autorresponsabilização, responsabilização sem controlo, pois entendiam que quanto mais se tenta criar controlos aos agentes menos responsáveis e responsabilizáveis eles se tornam.

V – Conclusões;

A evolução económica do mundo como o desejamos, depende da acumulação e redistribuição de recursos, pelo que se torna indispensável, a criação de mecanismos de “Corporate Governance” entre os quais o mais importante é a “accountability” dos agentes que gerem os dinheiros recolhidos por fundos governamentais e ou privados.

De facto podemos verificar que o governo de instituições cada vez maiores, com recursos, gigantescos, e hierarquias descentralizadas, multi-localizadas, com múltiplas nacionalidades e diversas culturas, tem de assentar em claras regras de distribuição de poder e responsabilização dos diversos agentes.

Portanto, a “accountability” dos agentes não incide apenas a boa gestão dos recursos, das poupanças de tantos “stockholders”, como também é imperativo que incida sobre a redistribuição destes recursos de forma equitativamente, e transparente,

VI – Bibliografia;

- (1) Bovens, Mark A.P., ‘*Analysing and Assessing Accountability: A Conceptual Framework*’, European Law Journal, Vol. 13, No. 4, July 2007, p
- (2) Celso Fraga Da Silva, 82011) *ACCOUNTABILITY E CONTROLE SOCIAL*, 8º Congresso da Administração Pública
- (3) Donald Johnston, (2005), *Guidelines on Corporate Governance of State-owned Enterprise* OECD
- (4) Eva Hüpkes, Marc Quintyn, and Michael W. Taylor¹, (2005) *The Accountability of Financial Sector Supervisors: Principles and Practice*, Monetary and Financial Systems Department, IMF Working Paper
- (5) IMF challenged on Accountability, and governance, The Bretten Woods Project.

- (6) Keay, Andrew, (2015) , *Board Accountability in Corporate Governance*,
Routledge
- (7) Kevin Cardiff, (2014) Improving accountability for EU policies requires greater
cooperation between EU Member States, Parliaments and Auditors, CURIA, European
Court of Auditors
- (8) Lars-Johan Cederlund, Chair of the OECD Accountability and Transparency:
- (9) MORO, G., (2003), *Governance: a citizen's perspective*. In: ORGANISATION
FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD).
- (10) M. Nogueira, adopted by XXI Incosai 2013. Serens, ISSAI 12: *The value and
benefits of supreme audit institutions* — making a difference to the lives of citizens;
- (11) MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. (Ed.). (1999), *Democracy,
Accountability and Representation*. Cambridge: The Press Syndicate of the University
of Cambridge
- (12) Nunes , Joao, et all, Processos de ‘public accountability’ em Portugal, V
Congresso Português de Sociologia,
- (13) PLATTNER, M. (Ed.), (1999). *The self-restraining State*: Lynne Rienner
Publishers,
- (14) Rob Lebow,Randy Spitzer, (2002), *Accountability: Freedom and Responsibility
Without Control*, BKconnection editions
- (15) Yellow book , (2011), *Gouvernement audit Sandarts*, US GAO, United States
Government Accountability Office (M)